

## B.3 — Requisitos:

B.3.1 — Habilitações académicas: Licenciatura em Contabilidade/Gestão/Economia.

B.3.2 — Conhecimentos informáticos na ótica do utilizador e conhecimento de língua inglesa

B.3.3 — Condição preferencial: conhecimento de língua inglesa

2 — Local de Trabalho: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — de Direção Central de Gestão e Administração — Avenida do Casal de Cabanas Urbanização Cabanas Golf n.º 1 — 2734-506 Barcarena/Oeiras

3 — Requisitos gerais de admissão:

3.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

3.2 — Estar integrado na categoria de técnico superior.

4 — Prazo e forma de apresentação das candidaturas: os interessados devem, no prazo de dez dias úteis contados da publicação do presente aviso, enviar requerimento dirigido à Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego detida, da categoria, da posição e nível remuneratórios e respetivo montante, assim como o posto de trabalho a que se candidata. Deve, ainda, ser indicado o endereço eletrónico e número de telefone para posterior contacto.

5 — Documentos que acompanham a candidatura:

5.1 — Curriculum profissional detalhado;

5.2 — Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias e de formação profissional;

5.3 — Declaração emitida pelo serviço onde conste a relação jurídica de emprego público e categoria que detém e posição e nível remuneratório;

5.4 — Quaisquer elementos que os candidatos entendam ser relevantes para apreciação do seu mérito.

6 — Envio de candidaturas: As candidaturas, identificadas com a menção «Recrutamento por mobilidade interna — Técnico Superior — DC-GA — Ref», devem ser enviadas para: Av. do Casal de Cabanas Urbanização Cabanas Golf, n.º 1 — Torre 2, 2734 — 506 Barcarena.

7 — A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, sendo complementada de uma entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem caráter eliminatório, sendo que apenas os/as candidatos/as pré-selecionados/as serão contactados/as para a realização da entrevista profissional de seleção.

8 — Remuneração: correspondente à posição remuneratória na situação jurídico-funcional de origem

9 — A presente oferta de emprego será igualmente publicitada em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt) no primeiro dia útil seguinte à presente publicação.29 de maio de 2019. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

312344638

**Aviso n.º 10325/2019**

No cumprimento do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que os trabalhadores abaixo identificados concluíram, com sucesso, o período experimental na categoria de assistente técnico da carreira de assistente técnico, após procedimento concursal, aberto pelo Aviso n.º 7362/2018, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 105, de 1 de junho:

Ana Marta dos Santos Rodrigues

Nuno Miguel da Silva Cabeças

29 de maio de 2019. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

312343828

**Declaração de Retificação n.º 529/2019**

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio de 2019, o Despacho (extrato) n.º 5123/2019, respeitante à renovação de comissões de serviço em cargos de chefia do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), retifica-se que onde se lê:

«Inspetor Chefe João Paulo Rosa Fatia, no cargo de Chefe da Delegação da Horta.»

deve ler-se:

«Inspetor Chefe João Paulo Rosa Fatia, no cargo de Chefe da Delegação da Horta, responsável pela Gestão do PF — 211.»

29 de maio de 2019. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

312343747

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA E PLANEAMENTO****Gabinetes do Ministro do Planeamento e do Secretário de Estado das Autarquias Locais****Despacho n.º 5791/2019**

Considerando que:

A Fundação para Estudos e Formação nas Autarquias Locais (Fundação FEFAL), reconhecida pelo Despacho n.º 4468/2018, de 19 de abril, da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, exerce por delegação, através do contrato celebrado com a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), nos termos e para os efeitos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 193/2015, de 14 de setembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 7, de 10 de janeiro de 2019, atribuições e competências eminentemente públicas daquela Direção-Geral;

Nos termos do contrato celebrado com a DGAL, a Fundação FEFAL exerce as competências de organismo central de formação para a administração local, de entidade certificadora, em matéria de formação dirigida à administração local, das autarquias locais e entidades equiparadas, de entidade de acreditação das entidades de formação das autarquias locais e entidades equiparadas e de entidade formadora competente para a realização das ações de formação, legalmente obrigatórias, no âmbito da administração local;

No âmbito das atividades prosseguidas pela Fundação FEFAL, inclui-se a formação e qualificação dos profissionais da administração pública local, formação essa cofinanciada pelo Fundo Social Europeu;

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na atual redação, nas operações de caráter formativo, cujos beneficiários sejam entidades públicas, independentemente da qualidade em que intervenham, podem ser imputados os encargos com remunerações dos ativos empregados em formação durante o período normal de trabalho, sendo elegíveis apenas quando contabilizados a título de contribuição pública nacional;

O n.º 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na atual redação, prevê a possibilidade de equiparação a entidades da Administração Pública das entidades que, no âmbito da sua atividade, asseguram formação aos trabalhadores da Administração Pública, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento e coesão e pelo setor em que se insere a entidade que fundamentadamente a solicite;

A Fundação FEFAL solicitou tal equiparação a DGAL e a Agência de Desenvolvimento e Coesão, I. P., pronunciaram-se favoravelmente quanto ao deferimento de tal pedido;

Nos termos do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na atual redação, ao abrigo do Despacho n.º 9973-A/2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 222, 1.º suplemento, de 17 de novembro de 2017, e para os efeitos previstos no n.º 1 do mesmo artigo, determina-se a equiparação da Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (Fundação FEFAL) a entidade da Administração Pública.

28 de maio de 2019. — O Ministro do Planeamento, *Ángelo Nelson Rosário de Souza*. — 29 de maio de 2019. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

312341195

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA, INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO, AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E MAR****Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.****Deliberação n.º 714/2019**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 144/2017, de 29 de novembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/47/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 03 de abril de 2014, relativa à inspeção técnica na estrada dos veículos comerciais que circulam na União e que revoga a Diretiva 2000/30/CE, foram estabelecidos os requisitos mínimos de inspeção técnica na estrada de veículos comerciais em circulação no território nacional.

A inspeção técnica automóvel faz parte de um regime mais vasto concebido para assegurar que os veículos em circulação se mantenham em condições aceitáveis, do ponto de vista da segurança e da proteção do ambiente.